

4

PROGRAMA POLÍTICAS DA COR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: HISTÓRICO E OBJETIVOS

Para que se possa compreender o Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, enquanto projeto do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro é importante situá-lo. Iniciaremos o presente capítulo pela apresentação e breve caracterização da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bem como o Laboratório de Políticas Públicas (LPP).

4.1

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Laboratório de Políticas Públicas

A atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi fundada em 1950, com o nome de Universidade do Distrito Federal e passou a ser estadual em 1960 com a mudança da capital federal para Brasília. Ao longo desses anos, a UERJ cresceu e firmou-se como uma das principais universidades do país.

De acordo com o folheto do DataUERJ a universidade possui uma das maiores estruturas de ensino do país, com 31 cursos de graduação e 29 unidades acadêmicas, vinculadas a quatro centros setoriais, responsáveis pela articulação dos diversos institutos e faculdades. São eles: Centro Biomédico, Centro de Ciências Sociais, Centro de Educação e Humanidades e Centro de Tecnologia e Ciências. Ainda sobre a forma de estruturação, possui núcleos nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Friburgo, Rezende e São Gonçalo. De acordo com os dados que constam no informe da Divisão de Informática e do Sistema Acadêmico da Graduação, no segundo semestre de 2006, a universidade teve um quadro de 22.829 alunos ativos (efetivamente matriculados).

Quanto a outros programas implementados no campus do Rio de Janeiro, desde 2003 a universidade vem desenvolvendo o Programa de Iniciação Acadêmica

(PROINICIAR), ligado à Sub-reitoria de Graduação e ao Departamento de Projetos Especiais e Inovações que, segundo o documento de apresentação do programa, tem como objetivo:

“Apoiar o estudante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro de modo a garantir-lhe a permanência na Universidade, viabilizando a transformação da Lei Estadual nº 4151/03 em um efetivo mecanismo de redução das desigualdades sociais”.

O aluno selecionado recebe uma bolsa de R\$ 190,00 (cento e noventa reais) pagas em 12 parcelas. A concessão da bolsa do programa está vinculada à realização de atividades específicas:

- Bolsa UERJ - o/a aluno/a deverá cumprir 90 horas semestrais de atividades oferecidas pelo programa (atividades instrumentais, oficinas e atividades culturais), com apresentação de relatório descritivo de carga horária ao final de cada semestre.

- Bolsa FAPERJ - o/a aluno/a vinculado a esta bolsa participa de um grupo de pesquisa. No final do semestre, o professor/orientador deverá encaminhar relatório da pesquisa, assim como cada bolsista deverá enviar relatório descritivo das atividades realizadas.

Com relação à temática das relações raciais, a universidade desenvolve diversos programas e projetos de pesquisa que abordam diferentes dimensões deste assunto. Lobato (2005) identificou os seguintes grupos, além do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira:

- Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia – Ligado à Faculdade de Serviço Social;
- Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos – PROAFRO – ligado à Faculdade de Serviço Social da UERJ;
- Núcleo de Gênero, Geração, Raça/Etnia e Educação - Ligado à Faculdade de Educação;
- Núcleo Sempre Negro – ligado à Faculdade de Educação;
- A Permanência Simbólica dos/as Alunos/as Afro-descendentes na Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo.

Com relação ao Laboratório de Políticas Públicas (LPP) que surgiu a partir da iniciativa da Reitoria da Universidade do Rio de Janeiro, em março do ano 2000, tem como objetivo, de acordo com o documento da universidade:

“Desenvolver atividades de pesquisa, análise e apoio às políticas públicas de caráter democrático. Suas atividades principais associam-se à discussão, balanço, monitoramento e formulação de estratégias governamentais que fortaleçam a constituição do espaço público como esfera de realização efetiva dos direitos cidadãos. Neste sentido, o LPP desenvolve um programa de pesquisas multidisciplinares, bem como seminários e cursos de formação na gestão e avaliação de políticas públicas. Seu quadro de pesquisadores desenvolve projetos em diversos campos do conhecimento: reforma democrática do Estado, programas sociais, financiamento das políticas públicas, além de temas setoriais nas áreas de educação, segurança, saúde, energia e desenvolvimento sustentável, entre outros”.

Ainda de acordo com informações fornecidas pelo DataUERJ, o Laboratório de Políticas Públicas desenvolve os seguintes Projetos/Programas:

- Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCOR) – financiado pela Fundação Ford;
- Observatório Social de América Latina – OSAL – Programa de pesquisas, documentação e monitoramento de conflitos sociais na América Latina. O OSAL é promovido em parceria com o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), sendo o LPP responsável pelo capítulo Brasil;
- Observatório Latino-americano de Políticas Públicas Educacionais – OLPED – Programa multidisciplinar de pesquisa, análise, difusão e documentação sobre políticas educacionais na América Latina – financiado pela FAPERJ.
- Programa de Formação em Políticas Públicas e Gestão Democrática – programa de formação destinado a quadros e dirigentes da administração pública, movimentos sociais, ONGs e sindicatos.

4.2

Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira - A Gênese da Proposta

No ano de 2001, foi criado o Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCOR) por um grupo de professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Este programa está ligado ao Laboratório de Políticas Públicas (LPP) desta Universidade. O folheto de apresentação do PPCOR assim apresenta o programa:

“É um núcleo de estudos e intervenção social, voltado para o desenvolvimento de pesquisas e para o apoio a iniciativas destinadas ao acesso e à permanência de populações sub-representadas nas universidades, em especial os afro-brasileiros”.

Ainda conforme o mesmo documento, o programa tem os seguintes objetivos:

“1) desenvolver projetos de pesquisa e extensão sobre desigualdades raciais na educação, em especial no ensino superior brasileiro”;

- 2) realizar debates e eventos acadêmicos sobre educação, relações raciais e políticas de ação afirmativa;
- 3) organizar um acervo documental e virtual que se constitua como uma referência nacional sobre os temas citados;
- 4) apoiar campanhas de sensibilização social e iniciativas que combatam os mecanismos históricos de exclusão social, baseados no racismo ”.

De acordo com a resposta dada por um dos entrevistados que participou da elaboração e implementação do Programa à pergunta sobre o surgimento do referido programa,

“O PPCOR surge no momento em que esta discussão de cotas ainda não tinha sido deflagrada. Nós começamos uma discussão com a Fundação Ford, que é quem financia este projeto, para implementar um programa que tivesse como objetivo analisar e pensar o que estava sendo feito neste campo no Brasil. Nossa proposta inicial era começar um processo de estudo, análise e mapeamento do que estava sendo feito no campo das ações afirmativas no ensino superior. Como este debate no Brasil que estava muito silenciado, apagado, negligenciado começou a se tornar o grande debate politicamente interessante hoje no Brasil, o programa ganhou uma densidade, importância, relevância e um reconhecimento muito maior.”

Ainda sobre o surgimento da proposta, outro entrevistado afirma que:

“A Fundação Ford percebeu que em vários países, com perfis diferentes de desfavorecimento social, o acesso ao ensino superior era um elemento central de reprodução de dominação e considerou que - a Ford tem essa coisa contraditória – ela não vai acabar com a dominação, com o capitalismo – mas ao mesmo tempo, ela tem a concepção de que seja importante para o capitalismo que ele seja tencionado. Eles resolveram criar duas linhas de intervenção no ensino superior: Uma linha deu origem ao Programam de bolsas para estudantes, que no Brasil é coordenado pela Fundação Carlos Chagas; A outra linha, voltada para transformação institucional, isto é, mexer nas instituições de ensino superior.”

Em um dos tópicos do relatório avaliativo da primeira fase do PPCOR endereçado ao LPP é traçado um histórico do programa em que descreve quais foram os procedimentos e os resultados do empreendimento feito pela Fundação Ford no Brasil no período em que procurava uma instituição de ensino superior que acolhesse a proposta de desenvolvimento do que viria a ser o PPCOR.

O relatório faz referência a um episódio em que um representante da Ford teria se reunido com 15 reitores de universidades públicas, onde fez a proposta. Nenhum desses reitores que teriam participado do encontro aceitou desenvolver o projeto. A Fundação Ford no Brasil decidiu reelaborar a proposta em um formato mais aberto.

A partir daí, a Fundação Ford no Brasil, com sede no Rio de Janeiro, resolve implementar a proposta nesta cidade. É feito um contato com a Universidade do Estado

do Rio de Janeiro, através de alguns professores dos vários departamentos da Universidade. Como resultado desta negociação, a universidade decide acolher o projeto e este é desenvolvido pelo Laboratório de Políticas Públicas, isto porque o mesmo tem como objetivo formular iniciativas e apoio a políticas públicas de caráter democrático. A Fundação Ford destina uma verba para que o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro possa desenvolver iniciativas que contemplem vários projetos de ação afirmativa espalhados pelo Brasil.

O relato de um dos entrevistados sobre o surgimento do PPCOR apresenta de forma bastante detalhada o prosseguimento das negociações e como foi o processo:

“O Programa Políticas da Cor nasce a partir de uma iniciativa da Fundação Ford. Então, ele nasce a pedido de uma agência internacional. A fundação Ford faz uma grande pesquisa, uma das coordenadoras foi a professora Rosana Heringer, para avaliar como andava a questão das ações afirmativas no Brasil e se existiam projetos de ação afirmativa. É feito um primeiro mapeamento. A seguir, a Fundação Ford começa a procurar instituições que possam fazer um concurso nacional para financiar programas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. A primeira universidade procurada foi a Universidade Federal de São Carlos, por intermédio de uma professora desta universidade e a fundação começa os primeiros contatos e negociações para implantar este concurso. A Ford destinaria recursos para que através desta, fossem repassados para as instituições participantes. As negociações com a Universidade de São Carlos não foram efetivadas, porque a fundação avaliou que esta universidade ficava longe da sede da Ford. no Brasil que é no Rio de Janeiro. Na época um professor que era diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes e também professor visitante na UERJ, trouxe o convite a vários professores de diversas unidades interessados nesta questão. Então, reúnem-se e começam a pensar quais seria a formatação desse concurso e os possíveis retornos. A idéia do concurso era de caráter exploratório. Essa idéia não aconteceu somente no Brasil, a Ford atua em oito países sempre com esta preocupação. Este concurso aconteceu aqui, coordenado pela UERJ. Elaboramos um programa e uma professora do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da UERJ, teve a idéia de batizar o concurso de “Políticas da Cor” ai o programa foi chamado de “Políticas da Cor no Ensino Superior Brasileiro”. Organizamos o concurso e botamos o concurso na rua e o recurso foi repassado para universidade. A Ford destina um milhão de dólares para serem repassados a projetos de políticas de ação afirmativa. A partir daí, começamos a procurar aqui na universidade uma unidade que pudesse incorporar o projeto. Na época se achou por bem que ele poderia ficar no Laboratório de Políticas Públicas que não tinha nenhuma tradição em pensar a questão racial, mas por estar interessado em políticas públicas, se acordou que lá estaria melhor. Na verdade, quando o projeto vai para o laboratório, ele já está pronto, aprovado e a dotação definida e acaba sendo implementado pelo laboratório. Recebemos uma dotação para criar uma infraestrutura, realizar o concurso e monitorar o funcionamento dessas experiências no Brasil. Então, começamos a convidar várias instituições para participar: os NEABs - núcleos de estudos afro-brasileiro das universidades públicas, prefeituras, ONGs, instituições filantrópicas. Como a UERJ não participou do concurso, depois a Ford destinou uma dotação para que a universidade pudesse desenvolver um projeto fora do concurso. Este projeto foi chamado de “Espaços Afirmados” e durou dois anos”.

Outros depoimentos assinalam a importância do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira no cenário educacional,

“O PPCOR é um programa muito modesto para os desafios existentes no Brasil. Mas é um programa que tem basicamente, três objetivos: primeiro, mostrar a necessidade e importância desse movimento das políticas de ação afirmativa. Esta política se fundamenta a partir de um bom diagnóstico e do reconhecimento do problema de que no Brasil se discrimina as pessoas por uma questão de classe sim, mas que também se discrimina as pessoas por outras questões que se associam à classe que não estão dissociadas, uma delas é a raça/cor, outra é o sexo e também a opção sexual. A exclusão funciona mediante um processo muito complexo de adição de características estigmatizantes no sujeito. E a cor no Brasil é um fator de discriminação. Há o mito no Brasil que afirma que o problema é a pobreza. O PPCOR tenta contribuir para desfazer este mito. O segundo mostra que estas ações já estão sendo implementadas no Brasil. Há uma experiência internacional e nacional neste campo e é importante mostrar o que está sendo feito. No PPCOR também estamos desenvolvendo agora uma ação que é qualificar as pessoas que estão na administração universitária e que devem mexer com isto e que geralmente não têm a menor idéia de como trabalhar com estas questões. E o terceiro é a tentativa de contribuir e colocar na pauta novos temas e problemas. Por exemplo, agora já vamos ter as primeiras turmas de cotistas formados. Temos que comemorar, e dizer que isto é muito bom. Mas existem várias questões associadas que são diferentes de cinco anos atrás. De imediato temos que avançar numa discussão mais precisa do que significa programas de permanência. Em seguida, aprofundar a discussão sobre o mercado de trabalho. Um exemplo: não temos advogados negros no Brasil. Os pouquíssimos negros que se formam em direito, não conseguem ser contratados como advogados, não conseguem ser profissionais na área”.

4.3 Estrutura do Programa

O Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira conta com duas esferas de coordenação que são o Conselho Deliberativo, que propõe, sugere e avalia as linhas de atuação do Programa Políticas da Cor. Está constituído por um representante da Fundação Ford, pelo coordenador do laboratório de Políticas Públicas e por três personalidades de prestígio e reconhecimento no campo das relações raciais no Brasil. Reúnem-se trimestralmente, depois de ter definido um Plano Estratégico para o Programa.

A outra esfera é a Coordenação Executiva Colegiada que gerencia a implementação do Plano Estratégico do Programa Políticas da Cor. É o órgão de maior importância na gestão, no controle das tarefas delegadas pelo Conselho Acadêmico e, ainda, acompanha, avalia e supervisiona as tarefas realizadas pelas Coordenações de Unidades.

Quanto à estruturação, o Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira está organizado a partir de três componentes ou linhas de ação: Formação, Comunicação e Fortalecimento da Rede PPCOR.

A linha de ação que desenvolve atividades de Formação está estruturada de forma a ser um espaço de promoção de um conjunto de ações que capacitem diversos atores político-educacionais a intervir de forma qualificada nas instâncias de planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas destinadas a democratizar o acesso e a permanência dos setores socialmente excluídos do ensino superior.

De acordo com o folheto que apresenta o programa, este tem como propósito, especificamente, a implementação de cursos de formação sobre experiências de ações afirmativas no ensino superior, com enfoques interdisciplinares nas áreas educacional, política e jurídica; o estabelecimento de parcerias entre órgãos públicos e entidades sociais para o desenvolvimento das atividades de formação e, por decorrência, para o fortalecimento institucional que permita consolidar a promoção de políticas de ação afirmativa no ensino universitário e; a orientação dos atores sociais na organização do conhecimento para a tomada de decisão no âmbito das políticas institucionais de ações afirmativas e proporcionar a mudança de teses e ações jurídicas contrárias às mesmas, minimizando o problema institucional, a partir do debate e da reflexão teórica e aplicada sobre casos jurídicos análogos.

As atividades de formação foram estruturadas a partir de cursos de qualificação sob a responsabilidade de uma equipe docente interdisciplinar. Estas ações se concentraram no conhecimento do problema da discriminação racial direta e estrutural na universidade brasileira, na sua reflexão, bem como na criação de subsídios para implementação e aprimoramento de políticas anti-discriminatórias.

No que diz respeito à linha que trabalha a área de Comunicação, seu principal objetivo, conforme o documento aqui tomado como referência, é desenvolver ações orientadas a acompanhar, documentar, monitorar e avaliar a implementação de políticas de ação afirmativas no ensino superior brasileiro, permitindo uma comunicação efetiva com outros projetos institucionais, ampliando vínculos de intercâmbio e estratégias de comunicação e trabalho conjunto no campo das políticas públicas de ações afirmativas no ensino universitário.

Tendo em vista cumprir o objetivo assinalado acima o Programa implementou as seguintes ações: edição mensal do Boletim Virtual do PPCOR e criação do Centro de Documentação On-line com estudos, pesquisas e análises sobre políticas de ações afirmativas no campo educacional.

A terceira linha de ação do PPCOR é o Componente Rede. Esta linha foi criada a partir dos projetos selecionados no concurso “Cor no Ensino Superior” e seus objetivos são:

- Intervir na implementação das ações afirmativas nas universidades públicas através da constituição de uma esfera de reflexão focalizada no processo de transformação institucional necessária ao avanço das ações afirmativas;
- Definir uma agenda de acompanhamento dos obstáculos político-institucional apresentado (dentro e fora do campo universitário) à implementação de políticas afirmativas no ensino superior;
- Redefinir a Rede PPCOR, congregando pesquisadores renomados e engajados politicamente na democratização racial do ensino superior brasileiro;
- Criar um Fundo de Iniciativas destinadas a financiar projetos inovadores visando o fortalecimento institucional de ações afirmativas duradouras nas universidades públicas brasileiras e consolidar a intervenção político-acadêmico dos atores que constituem a Rede.

De acordo com o folheto de apresentação do “componente rede”, este, na segunda fase do programa, reúne dez (10) renomados pesquisadores/as “reconhecidos nacionalmente pela sua intervenção no campo das relações raciais e ações afirmativas na educação”. Estes profissionais são representantes das universidades, que desenvolvem projetos relacionados a esta temática: Universidade Federal de Alagoas, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Goiás e Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Além das linhas de ação descritas e enumeradas acima, o Programa Políticas da Cor tem um Centro de Documentação – em formato digitalizado – que possui acervo de textos, artigos e outros, que versam sobre temáticas variadas relacionadas com a Educação, Ações Afirmativas, Gênero, Políticas Públicas, Exclusão Social, Cidadania, Relações Raciais, Saúde da População Negra.

Outro serviço oferecido pelo programa é uma biblioteca com aproximadamente seis mil livros, com um vasto acervo de autores nacionais e internacionais. A biblioteca fica localizada na sede do Laboratório de Políticas Públicas, na UERJ.

O Programa também tem publicado uma série de livros em parceria com editoras nacionais, como por exemplo:

A **Coleção Políticas da Cor**, no qual foram publicados seis livros:

“**Manifesto Anti-Racista: Idéias em prol de uma utopia chamada Brasil**” - autor: Marcelo Paixão, 2006;

“**Bibliografia Básica sobre Relações Raciais e Educação**” - autores: Claudia Miranda, Francisco L. Aguiar e Maria C. Di Pierrô (Orgs), 2004;

“**Na Lei e na Raça**” - autor: Carlos Alberto Medeiros, 2004;

“**Levando a Raça a Sério**” - autores: Joaze Bernardino e Daniela Galdino (Orgs), 2004;

“**Relações Raciais e Educação**” - autor: Iolanda de Oliveira (Org.), 2004;

“**Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**” - autores: Fátima Lobato e Renato Emerson dos Santos (Orgs.), 2003.

A **Coleção Cultura Negra e Identidade** – Série PPCOR, com a publicação de quatro livros:

“**Os filhos da África em Portugal: Antropologia, multiculturalidade e educação**” - autora: Neusa Maria Mendes Gusmão, 2005;

“**Afro-descendência em cadernos negros e jornal do MNU**” - autora: Florentina da Silva Souza, 2005;

“**O Drama Racial de crianças brasileiras**” - autora: Rita de Cássia Fazzi, 2004;

“**Afirmando direitos**” - autores: Nilma Lino Gomes e Aracy Alves Martins, 2004.

A **Série Ensaios e Pesquisas PPCOR**, com a publicação de seis livros:

“**Quatro anos de políticas de cotas: opinião dos docentes**” - autor: José Luiz Petruccelli, 2006;

“**Teses e dissertações sobre igualdades educacionais e ação afirmativa**” - autor: André Brandão, 2006;

“**Zumbi + dez/2005: o perfil dos participantes**” - autores Joselina Silva, Sales Augusto dos Santos, Rosana Heringer e Osmundo Pinho, 2006;

“**Desigualdade e inclusão no ensino superior: um estudo comparado em cinco países da América Latina**” - autores: Ingrid Sverdlick, Paola Ferrari e Anália Jaimovich, 2005;

“**Mapa da Cor no Ensino Superior Brasileiro**” - autor: José Luiz Petrucelli, 2004;

“**Questões Jurídicas do sistema de reservas de vagas na universidade brasileira**” - autora: Raquel Coelho Lenz César, 2004.

4.4 Etapas de Funcionamento

Os dois principais documentos aqui tomados como objeto de análise informam sobre o processo de implementação do programa e afirmam que sua primeira etapa de funcionamento deu-se entre os anos de 2001 a 2004.

A atividade inaugural do programam foi o “**Concurso Cor no Ensino Superior**”, financiado pela Fundação Ford, com o objetivo de promover e ampliar as possibilidades de acesso e permanência de estudantes negros/as no ensino superior.

No folheto de divulgação e apresentação do concurso podemos conferir que este se destinou à seleção e financiamento de propostas e projetos orientados a promover ações, programas e iniciativas que visem ampliar as condições de acesso e/ou permanência de membros dos grupos historicamente excluídos das instituições de ensino superior brasileiro, especialmente os afro-brasileiros carentes. Entende-se por ampliar as condições de ‘acesso’: projetos que visem aumentar a probabilidade de ingresso no ensino superior. E, por ‘permanência’: projetos que promovam o aumento da probabilidade de completar o curso universitário, tais como aqueles que estimulam o envolvimento ativo dos alunos socialmente desfavorecidos em atividades institucionais de docência, pesquisa e extensão.

De acordo com o folheto que apresenta o mapeamento dos projetos selecionados, foram recebidas 287 propostas. A distribuição dos projetos em termos regionais, ficou assim representada: 167 da Região Sudeste, 67 da Região Nordeste, 32

da Região Sul, 15 da Região Centro-Oeste e 06 da Região Norte. Mas, dessas propostas, foram selecionados apenas 27 projetos, dos quais, 11 foram de acesso, 9 de permanência e 7 de acesso e permanência.

O fato do programa se auto-reconhecer como uma referência nacional na luta pela promoção de políticas de ação afirmativa no campo educacional brasileiro, conforme seu documento de apresentação, não significa que o reconhecimento se limite apenas ao próprio enquanto projeto desenvolvido em uma universidade pública. O próprio documento faz referência à inovação e pioneirismo das propostas que foram gestadas através dos projetos desenvolvidos a partir do concurso.

Este reconhecimento foi assim explicitado pelo folheto:

“Tais iniciativas foram empreendidas por secretarias municipais de educação, organizações não-governamentais, associações comunitárias, sindicatos, movimentos sociais, entidades religiosas e universidades públicas brasileiras. Aproximadamente, 3.000 alunos foram beneficiados diretamente participando desses projetos, além de inúmeros beneficiários indiretos, que resultam da ampliação desta discussão em caráter nacional”.

Entretanto, o próprio documento constata que boa parte dos projetos apresentados por universidades e contemplados eram projetos ‘dentro’ das instituições e não projetos ‘das’ instituições.

Ainda tratando sobre essa primeira fase do PPCOR, vale ressaltar, conforme o já referido folheto de apresentação, a principal atividade ali desenvolvida foi a divulgação dos projetos contemplados no concurso, acompanhando e avaliando a atuação dos mesmos a partir de instrumentos (visitas técnicas, relatórios narrativos e entrevistas com alunos e professores) que revelaram o papel de destaque dessas iniciativas, não só na promoção do acesso e permanência de estudantes afro-descendentes nas universidades brasileiras, como também na ampliação do debate sobre o tema ou na transformação institucional no sentido da implementação efetiva de ações afirmativas voltadas para afro-descendentes.

Como a UERJ não pôde participar do “Concurso Cor no Ensino Superior” por ser a instituição que estaria responsável pela sua organização, a Fundação Ford resolveu financiar um projeto específico para ser implementado nesta universidade.

É a partir da implantação deste projeto destinado ao desenvolvimento de atividades na própria UERJ, que podemos perceber como um segundo momento da primeira fase vai se configurando. Nesse segundo momento, o programa passa a

acompanhar os alunos que entraram na universidade, no ano de 2003, pelo sistema de reserva de vagas, ou seja, pelas cotas para afro-descendente. Este projeto conformou-se assim em estratégia para acompanhamento dos alunos cotistas, principalmente através da seguinte ação: a criação dos “Espaços Afirmados” (ESAF).

Conforme o folheto que dispõe sobre a primeira fase de implementação do programa os “Espaços Afirmados” é um projeto voltado para apoiar a permanência com qualidade dos cotistas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCOR), do Laboratório de Políticas Públicas (LPP), em parceria com a Fundação Ford, lançou o edital para convocação dos alunos para participarem do projeto em Julho de 2003. Ao todo, 396 alunos das áreas de Educação, Ciências Humanas e Sociais se interessaram em participar do projeto, e após o processo seletivo foram contemplados 156 alunos.

Esse projeto, de acordo com o documento em questão, mobilizou recursos humanos e materiais para ampliar as oportunidades educacionais desses estudantes, através da realização de cursos e oficinas, tais como: o Curso de Estudo e Pesquisa, o curso de informática, o curso de Braille, a oficina de teatro, a oficina de memória histórica, acompanhamento por monitores, entre outros.

O folheto de apresentação da segunda fase da implementação do programa informa que, a partir de 2004, até 2007, o PPCOR inauguraria uma nova etapa. Este documento assinala ainda que nesta nova fase o programa pretende:

“Posicionar-se como um ator central no processo de institucionalização das ações afirmativas nas universidades brasileiras. De tal forma, o Programa espera contribuir ativamente na promoção das mudanças organizacionais necessárias para o fortalecimento e ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior daqueles que, por critérios sociais e raciais, são discriminados do mesmo. De uma etapa centrada na administração e avaliação de projetos financiados com o fundo do Concurso Cor no Ensino Superior, espera-se transitar para um formato de programa estruturado como unidade promotora de conhecimentos e estratégias, propostas e modelos de intervenção destinados à promoção de políticas de ação afirmativa que contribuam a modificar o quadro de profundas desigualdades existentes de acesso e de permanência no ensino universitário, especialmente para os jovens e as jovens afro-brasileiros”.

Os objetivos a serem alcançados na nova fase foram assim delimitados:

“Constituir uma unidade de formação, monitoramento, avaliação e desenvolvimento de novos conhecimentos, estratégias e modalidades de gestão para a promoção das mudanças institucionais necessárias para implementação de políticas de ação afirmativa que contribuam a modificar o quadro de profundas iniquidades que caracteriza o acesso e a permanência no ensino superior brasileiro”.

No ano de 2006, conforme informação do programa, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Dois cursos sobre “Promoção de políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro: aspectos institucionais, pedagógicos e jurídicos” – com duração de 60 horas e destinados a funcionários e assessores do Ministério de Educação e Secretarias de Educação envolvidos de forma direta ou indireta na formulação de políticas públicas destinadas a democratização das instituições; participaram cerca de 20 pessoas e foram realizados em Brasília.
- Três cursos regionais sobre “Institucionalização de ações afirmativas nas universidades brasileiras: para além da política de cotas” duração de 80 horas. Participantes 20 em cada local – Local: Região sul/sudeste; região nordeste e região norte/centro- oeste.
- Dois cursos sobre “Políticas de ação afirmativa no ensino superior: aspectos jurídicos – duração de 40 horas – com a participação de 12 pessoas em cada curso.
- Três cursos sobre “As políticas de ação afirmativas no ensino superior brasileiro: dimensões institucionais, formais e operacionais para a intervenção junto aos órgãos de fomento – duração de 40 horas – participaram: 60 pessoas – realizado no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

Essas informações conformam dados importantes que apontam para uma característica do PPCOR, que, segundo os documentos e depoimentos, foi fundamental para implementação e desenvolvimento da proposta: o fortalecimento do debate acerca das relações raciais no campo educacional.

Outro dado significativo a esse respeito vem do depoimento de um entrevistado, que integrou a equipe de implementação do programa e que atualmente é professor da faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: “o trabalho do PPCOR reflete uma ação de políticas públicas que está atravessado pela questão da cor”.

A fim de concluir esta breve apresentação do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, é fundamental reafirmar que ele tem se tornado um rico campo de pesquisa e experiências para vários projetos/programas, pois, como se pode perceber através da caracterização da proposta, trata-se de um programa que visa realizar uma série de mudanças no campo educacional.

O Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, como outras experiências educacionais em curso no Brasil, tem se tornado um centro de atenções e debates entre educadores/as, pesquisadores/as da área educacional, bem como de várias instituições

públicas e privadas. Muitas vezes, as discussões travadas devem-se principalmente ao fato do PPCOR tocar em questões antes consideradas tabu, introduzindo mudanças e inovações que intervêm, não apenas nos conhecimentos ou na maneira de organizá-los, mas, principalmente, que objetivam alterar concepções e entendimentos políticos, ou seja, trata-se de uma série de mudanças que questionam profundamente qual a função da universidade e quais os valores que ela quer consolidar. Sendo assim, considero que o principal desafio do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira é conseguir ser efetivamente uma política pública de uma universidade.